

Armas para Ceuta (1420). Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV

Weapons to Ceuta (1420). Contribution to the study of Portuguese weaponry in the beginning of the XV century

Tiago Machado de Castro*

submissão/submission: 11/08/2015

aceitação/approval: 21/09/2015

RESUMO

O presente trabalho de investigação visa observar e caracterizar um conjunto de armamento defensivo enviado para a cidade de Ceuta em 1420. A partir de um documento do Arquivo Municipal de Lisboa, podem acompanhar-se alguns dos passos que foram necessários para reunir este conjunto de armas, mas principalmente temos acesso ao seu inventário, que permite aceder às suas características físicas e ao léxico utilizado na época para a sua categorização e descrição.

Com os dados do inventário propõe-se aqui fazer um glossário, que sirva como apoio à leitura deste documento e que contribua para um estudo mais alargado do armamento português de inícios do século XV.

* CLUL – Centro de Linguística, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa;

CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

Tiago de Martinho Simões Machado de Castro nasceu em Lisboa a 22 de junho de 1971. É licenciado em História, mestre em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorando em História da Expansão na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É desde 2012 bolseiro de investigação do projeto *Post Scriptum: Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. É desde 2013 assistente de investigação do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. Tem como temas principais de investigação a História Marítima e a História Militar na Idade Moderna. Como subtemas os seus trabalhos incidem na presença portuguesa no oriente, na construção naval, na artilharia e artilheiros e na relação dos ofícios mecânicos com os ofícios militares de Terceiro Estado.

Correio eletrónico: tmachadocastro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Século XV / Ceuta / Armamento / Inventário / História militar

ABSTRACT

The following study aims to observe and characterize a set of defensive armor sent to Ceuta in 1420. From an Arquivo Municipal de Lisboa document, one can follow some of the measures taken to muster this set of weapons, but essentially we have access to the inventory in its written form, providing us information regarding their physical description and the contemporary terminology used to describe them.

From the data present in the inventory, we propose a short glossary, to act as a reading support to this document and also to be a contribution to a broader study of the Portuguese armament in the beginning of the XV century.

KEYWORDS

XV century / Ceuta / Armor / Inventory / Military history



INTRODUÇÃO

O documento que aqui se estuda está à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa sob a cota AML-AH, *Livro 1^o de místicos de reis*, doc. 7¹. Tem a dimensão de 620 por 229 mm e foi escrito sobre pergaminho. Anteriormente foi publicado na *Monumenta Henricina*², nos *Documentos para a História da Cidade de Lisboa*³ e mais recentemente

¹ A ligação eletrónica para o original digitalizado é a seguinte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/SearchResultOnline.aspx?search=_OB:%2b_QT:MFN_9540_Q:_EQ:T_D:T__&type=PCD&mode=0&page=0&res=0&set=;AH

² *MONUMENTA HENRICINA*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1978. vol. 2, doc. 190, p. 379-381.

³ *DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE DE LISBOA. Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*. Lisboa: Câmara Municipal, 1947. Doc. 7, p. 41-43.

na *Documentação Henriquina*⁴. Comparando o original manuscrito com estas edições, conclui que perante as divergências não seria redundante oferecer uma nova transcrição⁵.

Como se verá na descrição de conteúdo que se segue, este documento a que chamarei de inventário, pois é esta sua componente que mais me interessa analisar no decurso deste trabalho, encerra em si algumas questões que ficam por resolver. O espaço e o tempo para a execução do trabalho e da investigação são as razões essenciais pelas quais acabam por não ser perseguidas aqui até uma resolução definitiva.

O nosso objetivo será a descrição e definição tipológica do conjunto de armas defensivas que estão descritas neste inventário. O que se pretende com este exercício é criar um documento que seja complementar à leitura do inventário e que permita o acesso ao sentido dos termos utilizados. Tal como em casos relacionados com marinharia e assuntos náuticos, como exemplo de um universo com uma linguagem tão específica na descrição dos seus objetos, o léxico utilizado na descrição dos materiais de guerra antigos por vezes resulta distante da compreensão do leitor que não tenha esta área concreta como fulcro das suas investigações.

Neste documento, Afonso Guterres, tabelião do rei em Lisboa⁶, perante as testemunhas enumeradas, reconhece uma procuração em pergaminho feita e assinada por ele próprio e passada a Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses. Por esta, o referido escudeiro e procurador fica autorizado a levantar um número de peças de armadura (arneses) para levar numa armada a Ceuta e a estabelecer acordos com os proprietários das armaduras com vista à sua devolução em bom estado. Fica também posto que foi por carta aos moradores da cidade de Lisboa, passada pelo infante D. Duarte, futuro rei de Portugal e primogénito de D. João I, que estas armas foram reunidas. A data em que a procuração foi apresentada, e que constitui a data formal deste documento, é 9 de julho da era de 1458 (ano de 1420). A procuração a Vasco Martins, que vem apenas mencionada, foi feita no dia anterior, a 8 de julho.

O segmento seguinte do documento apresenta o conhecimento pelo qual Vasco Martins confirma ter recebido de Gomes Eanes, escrivão da coudelaria, as armas cedidas pela cidade, que são então inventariadas em diversos itens, nos quais se indica a tipologia e o número, descrevendo-se depois individualmente cada uma, apontando-se nalguns casos o nome do seu proprietário. As tipologias de armamento que podem ser vistas são: bacinetes, cotas, peças, loudéis, solhas, braçais e rebraços.

O encerramento do documento reconfirma a obrigação de devolver as armas em bom estado quando terminar a expedição, sob garantia dos bens de D. Fernando de Meneses. O valor dado a cada uma destas armas não está presente no documento.

⁴ GARCIA, José Manuel (introd. e org.) - *Documentação henriquina*. Maia: Castoliva Editora, 1995. p. 407-408.

⁵ A transcrição do documento está em anexo a este artigo. Procedeu-se à substituição de *JJ* com valor de *II* e de *UU* com valor de *VV*, assim como de *BB* com valor de *VV*, sendo estas as variantes mais significativas às normas de transcrição documental desta revista.

⁶ Sobre Afonso Guterres, tabelião na Câmara de Lisboa, veja-se: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/estudos/tabeliaes-de-lisboa/a/afonso-guterres/>

O INVENTÁRIO

Tanto no cabeçalho do documento como no seu verso existem apontamentos, feitos por uma mão diferente, que também são de natural interesse. Nas notas que o encabeçam consta o nome do infante D. Duarte, desvanecendo qualquer dúvida sobre qual dos infantes é que havia requisitado este armamento à cidade de Lisboa, pois no texto do documento este dado é omissos. D. João I conferiu inicialmente ao infante D. Henrique, por carta régia de 18 de fevereiro 1416, o encargo de no reino assegurar a defesa e abastecimento da praça de Ceuta⁷. Sem a menção explícita ao seu irmão poderia supor-se ser este o autor do pedido de armamento. No verso também é feito o acerto de 38 anos que converte 1458 da era de César no ano 1420 da era de Cristo.

O género de missão a que estas armas se destinam é outro dos aspetos não assinalado no documento, percebendo-se apenas que se trata da saída de uma armada com destino a Ceuta, que dentro das hipóteses conhecidas será a viagem anual de abastecimento à praça. Esta viagem inaugurou-se em 1416 e ocorreu até pleno século XVI, cumprindo a missão de apoiar e abastecer os “lugares de além”, e de fazer o curso à navegação muçulmana⁸. Somente pela tipologia das armas defensivas inventariadas não se consegue apurar o género de missão onde iriam participar, sendo de assumir que se trata do equipamento de indivíduos destinados à guarnição de Ceuta⁹.

⁷ COSTA, João Paulo Oliveira e – *Henrique, o Infante*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. p. 115-116. DÁVILA, Maria Barreto – O Infante D. Henrique e a gestão dos “Dez Reais para Ceuta”. In COLÓQUIO INTERNACIONAL, Lagos, 2010 - *A herança do Infante*. Coordenação de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa-Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa, 2011, *passim*.

⁸ RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: a sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente. In *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar. V 2 (2001), p. 161. Luís Miguel Duarte trata o “vaivém regular de navios entre Portugal e a cidade marroquina, para levar cereal, vinho, outros alimentos e todos os produtos manufaturados indispensáveis à sobrevivência da guarnição” por *Carreira de Ceuta*; DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta 1415: seiscentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015. p. 238-240.

⁹ Um dos serviços naturais das guarnições em Marrocos era a defesa das fortalezas. O outro era a participação em incursões sobre o território inimigo circunvizinho, exercendo pressão na “fronteira”. Este género de incursões vinha da tradição bélica medieval da Reconquista peninsular e sendo transposta para os campos de Marrocos proporcionava aos fidalgos portugueses o espaço próprio para uma aprendizagem do serviço em armas, onde obtinham “honra e proveito”. A par dos rendimentos obtidos no curso contra os muçulmanos, destas expedições terrestres resultavam importantes proveitos provenientes da captura de gado, géneros alimentícios e cativos, essenciais para o rendimento das praças portuguesas. Muito do que esta “escola marroquina” de guerra ensinou foi posteriormente transposto para o oriente, com as necessárias adaptações às situações locais. Sobre a forma desta “guerra guerreada” veja-se: RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – *op. cit.*, p. 164-166. Ainda sobre tática militar nas fortalezas de Marrocos veja-se: RICARD, Robert – A propos de “rebato”: note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc. In *Études sur l’histoire des portugais au Maroc*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955, p. 345-355. Dias Farinha divide os residentes das praças de Marrocos em dois grupos principais: os moradores e os fronteiros. Os fronteiros eram principalmente fidalgos ou gente nobilitada, que servia em armas nas praças por períodos de dois ou três anos. Os moradores formavam a população civil, geralmente de Terceiro Estado, englobando os artífices, mercadores, mulheres, escravos e inválidos entre outros. Também desempenhavam funções militares quando a isso eram chamados. FARINHA, António Dias – *Os portugueses em Marrocos*. Lisboa: Instituto Camões, 1999. p. 46-47.

Sabemos que nos anos de 1418-1419 foram enviadas duas armadas de socorro a esta praça, onde a intervenção do infante D. Duarte é notada. No verão de 1418 os reis de Fez e de Granada concertaram esforços para tentar recuperar Ceuta e, dado o alarme, preparou-se no reino uma expedição de socorro. Nesse ano seguiu uma armada com 600 homens sob o comando de D. João de Noronha¹⁰, apenas em prevenção, pois entretanto soube-se que o cerco havia sido rechaçado. Em 1419, os muçulmanos renovaram o assédio, o que levou então ao envio de uma força maior, onde se destaca a presença dos infantes D. Henrique e D. João e do conde de Barcelos, filho bastardo do rei. A chegada desta força, na altura em que o capitão da praça, D. Pedro de Meneses¹¹, acabava de rechaçar uma investida inimiga, levou a que os assaltantes desmoralizassem e levantassem o cerco¹². O infante D. Duarte não participou nas expedições mas esteve envolvido nos seus preparativos. Ainda sobre este socorro a Ceuta, Isabel e Paulo Drumond Braga apontam que terão sido de facto dois cercos: um em cada ano e cada um com a sua resposta por parte do reino¹³. Recentemente, Gouveia Monteiro, considera a existência de dois cercos, dedicando um capítulo da sua obra a cada um deles¹⁴. Esta é, pois, a ocasião cronologicamente mais próxima justificando o envio de armas. Contudo esta viagem de 1420 está em preparação na altura em que o documento é escrito, pelo que parece estar dissociada dos socorros de 1418-1419, sendo outro o seu objetivo, o qual não foi possível apurar¹⁵.

¹⁰ Filho segundo de D. Afonso, conde de Noreña e Gijon. Esteve presente na tomada de Ceuta de 1415, integrado no séquito do infante D. Duarte, onde terá sido feito cavaleiro. Comandou a armada de socorro a Ceuta em 1418, sendo gravemente ferido nos combates com os mouros. Faleceu em Almodôvar sem descendentes. Sobre esta linhagem e a sua ação na expansão portuguesa dos séculos XV e XVI veja-se: TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias – Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia. In COSTA, João Paulo de Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-Centro de História de Além-Mar; Instituto de Investigação Científica Tropical; Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004. p. 111-112.

¹¹ Sobre D. Pedro de Meneses e a sua ação enquanto capitão de Ceuta veja-se, naturalmente: ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*. Porto: [s.n.], 1988. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Veja-se também: CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades-Universidade de Évora, 2004; Idem – *D. Pedro de Meneses: o primeiro capitão de Ceuta*. Lisboa: Sete Caminhos, 2008.

¹² COSTA, João Paulo Oliveira e – *op. cit.*, p. 119-120.

¹³ Sobre a questão dos cercos, ou do cerco, das suas datas e a bibliografia consultada veja-se: BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudos Ceutíes, 1998. p. 33-35.

¹⁴ Confira-se a nota 160 à página 134, onde se volta a abordar a questão do cerco, ou dos dois cercos, e se acrescenta nova bibliografia; MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *1415: a conquista de Ceuta*. Lisboa: Manuscrito, 2015. p. 129-133, 134 e 137.

¹⁵ A missão desta armada que vai a Ceuta foi um dos pontos fulcrais da investigação, mas sobre o qual a bibliografia selecionada para este artigo pouco avançou. As crónicas e as compilações documentais consultadas não devolveram resultados associáveis a este inventário de 1420. Nos restantes livros e artigos selecionados, Mário Barroca menciona que é referente a um socorro a Ceuta, mas não indica mais dados sobre o caso; BARROCA, Mário Jorge – Armamento medieval português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 67. João Gouveia Monteiro sugere o mesmo; MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *op. cit.*, p. 175. Nuno Silva Campos publica uma tabela de operações navais, composta a partir da *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, onde também não foi possível associar a expedição de 1420, fosse por data ou por nome dos seus comandantes; CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real*, [...], p. 204-208.

Ainda no verso, temos um título indicativo do teor do documento, onde se reconfirma que se trata de uma entrega de armas por parte da cidade de Lisboa a um procurador de D. Fernando de Meneses. No verso, temos uma lista de seis nomes, acompanhados de valores em numerais romanos. Este apontamento foi feito por uma mão diferente daquela que escreveu o texto, a do tabelião Afonso Guterres. Nas versões impressas deste documento repara-se que a *Monumenta Henricina* e a *Documentação Henriquina* publicam esta lista de nomes, algo que não sucede na versão dos Documentos da Câmara de Lisboa. Veja-se abaixo um comparativo entre os nomes publicados e a nossa leitura do original manuscrito, dadas as divergências relevantes:

<i>Monumenta Henricina</i>	<i>Documentação Henriquina</i>	Nossa leitura
Diogo Lopez de Sousa xx	Diego Lopez de Sousa xx	Diego lopez x ¹⁶
Diogo Soiares de Bragara	Diego soairez de Bragara	Diego Soairez x dabergaria ¹⁷
Fernão Gonçallvez seu irmão iij	Fernam Gonçallvez seu jirmão iij	Fernã <i>gonçallvez</i> seu Jrmaoo [xj]
Sancho gomez de Auellar bj	Sancho Gomez de Avelar bj	Sancho Gomez do auelar bj ¹⁸
Dom Fernando de Meneses x	Dom fernando de menezes x	Dom ffernado de menezes x ¹⁹
Vaasco Fernandez Coutinho bj	Vaasco Fernandez Coutinho bj	Vaasco ffernadez Coutinho bj ²⁰

¹⁶ Sendo Diogo Lopes de Sousa, seria filho de Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, e foi um dos que esteve presente na expedição de 1415. Aparece filiado a D. João I e ao infante D. Duarte, do qual foi posteriormente mordomo-mor. Para mais referências veja-se: CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*. Porto: [s.n.], 1995. p. 41. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹⁷ A sugestão que temos da leitura do manuscrito é que numa primeira fase apenas foi escrito Diogo Soares seguido do numeral romano X, posteriormente ou imediatamente, pois trata-se da mesma mão, foi acrescentado o “dabergaria”. A leitura que faço fundamenta-se na abreviatura utilizada a seguir ao B e que tem um valor normal de ER/RE. Note-se também a utilização da mesma abreviatura na linha imediatamente abaixo em “Fernã gllz”, na 5ª linha “Ffernando” e na 6ª linha “ffernadez”. O desdobramento das abreviaturas faz-se aqui com itálico para melhor visualização. Sobre o sinal de abreviatura que se menciona e sobre o seu uso e variantes veja-se: NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: Faculdade de Letras [Universidade de Lisboa], 1981. p. 5.

¹⁸ Sancho Gomes de Avelar (c. 1360-1438), escudeiro, vassalo de D. João I. Para mais dados biográficos e a sua linhagem veja-se: SOVERAL, Manuel Abranches – *Origem dos Avelar e dos Soveral* [Em linha]. Consultado em 30-07-2015. Disponível na internet em: <http://www.soveral.info/mas/Soveral%20e%20Avelar.htm>

¹⁹ D. Fernando de Meneses, cavaleiro-fidalgo e 2º senhor de Cantanhede, filho de D. Martinho de Meneses. Primo de D. Duarte de Meneses, que foi o primeiro capitão de Ceuta. Foi feito cavaleiro após a tomada de Ceuta pelo infante D. Duarte, juntamente com D. Pedro de Meneses, D. João de Noronha, Henrique de Noronha, entre outros. Esteve presente na tomada de Tetuão em 1436 e na expedição de Tânger em 1437. Para mais dados biográficos veja-se: MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980. p. 883; CRUZ, Abel dos Santos – *op. cit.*, p. 42.

²⁰ Vasco Fernandes Coutinho (c. 1385-1450), 1º conde de Marialva e desde 1413 marechal do reino. Filho de Gonçalo Vasques Coutinho e casado com D. Maria de Sousa, filha de Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, pai do também mencionado nesta lista Diogo Lopes de Sousa. Esteve presente na tomada de Ceuta de 1415 e posteriormente na expedição a Tânger de 1437. Para mais dados biográficos veja-se: MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.*, p. 795 e CRUZ, Abel dos Santos – *op. cit.*, p. 60.

Diogo Lopes do manuscrito aparece convertido em Diogo Lopes de Sousa nas versões publicadas. Mais significativa é a leitura divergente entre “Diogo Soaires de Bragara”, antropónimo sobre o qual não existe qualquer informação na bibliografia ou nas fontes consultadas, e “Diego Soairez dabergrafia”, do qual já foi possível recolher um volume diferente de dados²¹. Contraditório, porém, é o nome que se segue imediatamente ao de Diogo Soares: Fernão Gonçalves “seu irmão”. Também aqui a pesquisa feita não devolveu um resultado que exhiba um Diogo Soares, seja de Albergaria ou de “Bragara”, irmão de Fernão Gonçalves. Quem surge como irmão de Diogo Soares de Albergaria é Fernão Soares, sendo ambos filhos de Fernão Gonçalves de Figueiredo, casado com Catarina Dias de Albergaria, esta filha de um primeiro Diogo Soares de Albergaria²². Também temos de ter em conta que a mão que introduziu os apontamentos diverge da que fez as anotações do cabeçalho e da que compôs o texto. Essas notas são obrigatoriamente posteriores à escrita deste documento, assinalando a alteração do calendário estabelecida em 1422, por carta de D. João I²³, o que poderá levar a crer que também este outro escriba conjecturou elementos.

Também estão postos à frente dos seus nomes o que parecem ser alguns valores, expressos em numerais romanos, não sendo certo, pelo conteúdo do documento, a que se referem. Será o número de homens que cada um deve fornecer à expedição ou algum valor em dinheiro? Não existe a indicação de nenhum tipo de moeda associado a estes numerais romanos, sendo que a mais corrente em época seria o real. Tendo em conta a prática normal, e essencial, de indicar a unidade monetária quando estamos perante valores em dinheiro, esta última ideia não parece plausível. A primeira ideia referir-se-ia a um possível número de combatentes que cada um destes indivíduos deveria fornecer ou financiar no âmbito desta expedição, mas de novo faltam dados concretos que suportem esta ideia.

AS ARMAS ENVIADAS A CEUTA

O inventário refere-se exclusivamente a armamento defensivo, vulgarmente peças de armadura, e, pelos tipos apresentados, destinadas a equipar cavaleiros ou homens de armas, dentro da tradição de guerra medieval. Este é um aspeto relevante, dado inserir-se num período de transição, onde a tradição de guerra medieval se começa a fundir com as novas lógicas de guerra da Idade Moderna. O século XV foi de alteração nos conceitos e nas tecnologias de guerra, época em que se assiste à afirmação da pólvora nos contextos de guerra ofensiva e defensiva, tanto em terra como no mar, ao reajuste do papel das cavalarias dentro dos exércitos e à imposição (ou

²¹ Diogo Soares de Albergaria, filho de Fernão Gonçalves de Figueiredo. Esteve presente na tomada de Ceuta em 1415 e na expedição de Tânger de 1437. Filiado a D. João I e a D. Duarte. Para mais dados biográficos veja-se: CRUZ, Abel dos Santos – *op. cit.*, p. 41, 73 e 106. Para uma visão mais alargada veja-se: GAGO, Alice João Palma Borges – *A casa senhorial de Diogo Soares de Albergaria*. Lisboa: [s.n.], 2000. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Universidade Nova de Lisboa, *passim*. Zurara aponta a presença de Diogo Soares de Albergaria no socorro de Ceuta de 1419; ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*. [...], p. 274.

²² Este primeiro Diogo Soares de Albergaria estima-se que terá falecido em 1387. GAGO, Alice João Palma Borges – *op. cit.*, p. 31.

²³ Por esta alteração deve-se retirar 38 anos a toda a documentação que indique “ano da era”, tal como ocorre com o presente documento.

reimposição se tratarmos de longa duração) da infantaria no campo de batalha, mais presente nos subseqüentes séculos XVI e XVII²⁴.

Obras fundamentais para o caso português são *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, de João Gouveia Monteiro, o catálogo de exposição *Pera Guerrejar*, coordenado por Mário Jorge Barroca e pelo mesmo João Gouveia Monteiro, cujos artigos são referência em qualquer estudo nesta área, e a recente publicação de Paulo Agostinho, *Vestidos para matar*, sobre a existência de peças de armadura na cronística dos séculos XIV e XV e onde se pode encontrar um extenso número de referências descritivas de material bélico ofensivo e defensivo. Em suporte a estas obras servimo-nos em paralelo do *Elucidário* de Santa Rosa Viterbo, na versão digital oferecida no sítio da Biblioteca Nacional²⁵, e do *Vocabulário* de Rafael Bluteau²⁶, a partir do sítio do projeto *Corpus Lexicográfico do Português*²⁷.

No inventário estão presentes as seguintes quantidades e tipos de armas defensivas: dez bacinetes, sete cotas, cinco peças, quatro loudéis, duas solhas, dez pares de braços e cinco pares de rebrços. É dentro destas tipologias que abaixo se procede a uma descrição detalhada.

Bacinetes

O bacinete engloba-se na tipologia das proteções defensivas de cabeça. Na listagem de referências feita por Paulo Agostinho nota-se que o maior número acaba por ser exatamente de bacinetes²⁸. No *Elucidário* de Santa Rosa Viterbo o bacinete vem definido como sendo um morrião ou chapéu de ferro ou aço para defender a cabeça das armas ofensivas, podendo ser complementado com outros elementos defensivos, tais como camal e babeira²⁹.

²⁴ Entre muitas possibilidades bibliográficas sobre este tema proponho como referencia um artigo de Clifford J. Rogers, integrado no mais amplo debate sobre a Revolução Militar, em que aborda a existência de duas revoluções, da infantaria e da artilharia, no período da Guerra dos Cem Anos, como condições iniciais para outro conjunto de subseqüentes “Revoluções”. Dentro do ponto que quero ilustrar, veja-se o que é dito sobre a subida de importância do papel da infantaria no campo de batalha e do impacto social que daí resultou; ROGERS, Clifford J. – *The military revolutions of the Hundred Years War*. In ROGERS, Clifford J. (ed.) – *The military revolution debate: readings on the military transformation of early Modern Europe*. Boulder: San Francisco; Oxford: Westview Press, 1995. p. 57-64.

²⁵ Indicado para todas as referências neste artigo, sob forma abreviada, como: VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*... 2ª ed. revista. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. A ligação eletrónica é a seguinte: <http://purl.pt/13944>

²⁶ Indicado para todas as referências neste artigo como: BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, “termo procurado”. (No recurso eletrónico que utilizei os artigos não indicam volume nem número de página, o que acaba por constituir um defeito quando se quer uma mais precisa referenciação. Assim ao utilizar o sítio do *Corpus Lexicográfico do Português*, deve-se escolher a obra ou conjunto de obras que se deseja e o termo a procurar. Neste artigo limitei-me ao *Vocabulário Português* e *Latino* de Rafael Bluteau, estando o leitor livre para procurar mais correspondências).

²⁷ “O Corpus Lexicográfico do Português é um projeto de investigação da Universidade de Aveiro e do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, que trabalha sobre o texto antigo, particularmente sobre o texto dicionarístico, promovendo a sua edição e o tratamento em base de dados. A memória textual de referência (séculos XVI a XIX) abrange como objecto principal os dicionários e as publicações de tipo paralexiconográfico, incluindo os textos metaortográficos e as coletâneas de provérbios”. A ligação eletrónica é a seguinte: <http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>

²⁸ Veja-se Tabela 4 - Proteções de cabeça; AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos*. Coimbra: [s.n.], 2006. p. 55 e 62-76. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade Letras da Universidade de Coimbra.

²⁹ VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*, I, p. 114-115.

Bluteau indica que é “He huma armadura, defensiva a modo de chapeo de ferro, que se trazia antigamente” e que a palavra deriva do francês *Bassin*³⁰.

O bacinete servia então para a proteção da cabeça do guerreiro, sendo um objeto metálico anatomicamente mais evoluído face ao seu principal antecessor, o elmo³¹, protegendo de forma mais eficaz a região do pescoço e da nuca, adaptando-se bem às condições climáticas da península ibérica³². A sua utilização estaria associada ao desenvolvimento e uso da lança de sobremão, proporcionando o bacinete uma melhor capacidade de visão e uma melhor pontaria com a lança³³.

Estas serão das principais razões para o seu sucesso entre os combatentes. Os autores consultados apontam que a sua introdução em Portugal terá ocorrido em meados do século XIV, por via da Companhia Branca, comandada pelo francês Du Guesclin³⁴, que se apresentou em campanha com bacinetes com camal de malha e com viseira, mencionados nas fontes como “barvudas”. Na reforma do armamento militar português realizada por D. Fernando em 1373, o bacinete foi adotado como proteção de cabeça ideal, continuando a ser utilizado no século XV, como o inventário dá mostra³⁵. No entanto, Paulo Agostinho refere que a última aparição de bacinetes nas crónicas que analisou ocorre na tomada de Ceuta, em 1415. O mesmo autor indica que este tipo de proteção era caro, o que impediu a sua generalização absoluta dentro das hostes portuguesas, pelo que só uma percentagem dos combatentes lhe tinha acesso, variando a qualidade da arma de acordo com a bolsa que encomendava³⁶.

Dentro das suas características podiam ser bacinetes singelos, significando que se tratava da estrutura simples, sem outro complemento, ou eram reforçados na sua orla inferior com camal e babeira, peças desenhadas para proteger a zona do pescoço e dos ombros, e ainda com viseiras, para proteção da face. Seriam forrados com tela ou couro para maior conforto³⁷.

³⁰ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, “Bacinete”. [*Corpus Lexicográfico do Português*].

³¹ Refere este autor que o bacinete é visto em contextos de guerra mais frequentemente que o elmo. AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 65.

³² BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 62-64.

³³ MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998. p. 533.

³⁴ Assim chamados por se apresentarem totalmente equipados com peças de arnês em metal polido, o que constituiu uma novidade no contexto ibérico; Idem, *ibidem*, p. 533.

³⁵ BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 63-64.

³⁶ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 73-74.

³⁷ BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 62-64.

item de baçinetes dez convem aasaber

1	huum baçinete de baveira ssem cara
2	item outro baçinete de camall com cara e camall com camall ameado de laton e huma çimeira branca
3	item outro baçinete de camall com cara e camall rasso
4	item outro baçinete com camall ameado de latom e com cara
5	item outro baçinete com camall e caara com camall raasso
6	item outro baçinete com camall rrasso e com cara
7	item outro baçinete com caara e camall ameado de latom
8	item outro baçinete de camall raasso e com cara
9	item outro baçinete de joham martijz de ssanto antonymho com camall rasso e cara
10	item outro baçinete de lourenço gonçalvez que foy tabeliam e camall ameado de ferro

Neste inventário de material de guerra, o primeiro dos bacinetes descritos está complementado com uma “baveira” e não tem “cara”, ou seja, viseira. Outro que aparenta não ter viseira é o de Lourenço Gonçalves, “que foy tabelliam”, onde apenas se descreve a presença de um camal ameado de ferro. Os outros oito bacinetes referenciados nesta lista têm camal e cara.

O camal era um elemento flexível, em malha metálica, que pendia do bacinete sobre os ombros do combatente. Outros termos para este elemento de armadura serão almofre e camalhom³⁸. Paulo Agostinho classifica o camal como uma defesa de malha para proteção do pescoço e garganta, a par do gorjal ou gorjeira. A estes últimos, gorjal e gorjeira, indica uma equivalência à babeira ou baveira, elementos também referidos no inventário como complemento de um dos bacinetes. A baveira ou babeira cumpriam a mesma função de proteger a garganta, o pescoço e os ombros do combatente diferindo essencialmente no material de que eram compostas: o camal em malha e a baveira em chapa³⁹.

As caras, ou seja, as viseiras que se podiam acoplar ao bacinete, são outra das constantes nas peças inventariadas. Mário Barroca destaca um tipo de viseira pontiaguda, que deixava um espaço livre à frente do nariz e da boca, facilitando a respiração e reduzindo a condensação no seu interior, além de conferir ao conjunto um aspeto

³⁸ MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 531 e 535.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 534 e 542. Veja-se Tabela 5 - Tipos de defesas corporais; AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 79.

mais agressivo⁴⁰. A opção pela não utilização de uma viseira facilitava a visão do combatente, mas por outro lado reduzia a sua capacidade defensiva⁴¹. Sendo a viseira uma peça móvel, podia estar aberta durante a aproximação ao combate facilitando a visão, sendo depois fechada no momento da ação.

Cotas

As cotas eram vestes feitas pelo entrelaçar de milhares de anéis metálicos formando uma malha, daí serem vulgarmente conhecidas por cotas de malha. Descendem da tradição bélica romana e visigótica. Integram-se na classe do armamento corporal defensivo, para proteção do tronco e baixo-ventre, no grupo das defesas de malha, onde também constam a loriga, o lorigão e o fraldão⁴². A sua principal distinção, na época que abordamos, seria que a loriga, por ser mais comprida, protegia simultaneamente o tronco e as pernas do combatente, mas com a evolução de sistemas de proteção em chapa para os membros inferiores, esta parece ter declinado em favor da cota de malha⁴³. Paulo Agostinho no seu estudo apresenta um maior número de citações a cotas, o que confirma a ideia de que o uso da loriga estaria a declinar na viragem entre os séculos XIV e XV ou que pelo menos o termo tendia a desvanecer-se no léxico militar. A loriga, por ser mais longa, tinha maior número de anéis e seria portanto uma veste mais pesada que a cota de malha, o que é apontado como outra razão para o seu desuso⁴⁴. Os cavaleiros foram eventualmente substituindo o uso das cotas pelos arneses completos, em placa de metal, a partir dos finais do século XIV⁴⁵.

Descrevendo a loriga, a que também chama de lunica, Santa Rosa Viterbo considera que se trata de uma saia de malha, que originalmente seria feita de correias de couro entrelaçadas (*loros* de onde viria o termo loriga) e que mais tarde, entre os portugueses, veio a ser revestida com anéis, laminas ou escamas de ferro e aço. Relaciona-a ainda com lorigom, que é também uma forma de saia mais ampla que a anterior, e ainda com os termos lubriga e lorrica, que considera idênticos a loriga⁴⁶.

⁴⁰ BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 62.

⁴¹ Vejam-se aqui alguns casos descritos nas crónicas e outras questões sobre o uso de viseira. AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 68 e 74.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 74.

⁴³ MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 537.

⁴⁴ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 90.

⁴⁵ BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 65.

⁴⁶ Para todos estes veja-se: VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*, II, p. 67.

item de cootas oyto convem asaber⁴⁷

-
- | | |
|---|---|
| 1 | <i>item huma cota raassa e raara</i> |
| 2 | <i>item outra coota raasa e raara e rota</i> |
| 3 | <i>item outra coota raasa e rara</i> |
| 4 | <i>item outra grossa rassa</i> |
| 5 | <i>item outra coota com presas de latom por a faldra</i> |
| 6 | <i>item outra coota rassa e raara</i> |
| 7 | <i>item outra coota rassa e raara ameada de feerro e duas presas de latom cada amea</i> |
-

Associadas às cotas estariam fraldas ou fraldões, também feitos em malha metálica, que protegiam o baixo-ventre. Uma das cotas do inventário indica a existência de uma fralda que se fixava com “presas”, o que corresponde à informação prestada por Gouveia Monteiro de que estes elementos se fixavam “à parte principal do equipamento defensivo do tronco por meio de correias”⁴⁸.

Outras das características destas cotas de malha referidas no inventário é serem “rasas e raras”. Quanto ao primeiro termo associa-se-lhe um sentido de objeto pobre e humilde, despojado de símbolos⁴⁹, de superfície plana e igual⁵⁰. Já o termo “raro” pode referir-se a uma rede com as malhas muito espaçadas⁵¹, proporcionando a imagem de uma malha rala e pouco espessa. Assim, deste conjunto destinado a Ceuta, resulta a imagem de cotas de malha lisas e com algum espaçamento entre os seus anéis, o que pode prefigurar que não estamos perante objetos de grande qualidade.

Peças

Para este conjunto de objetos, tratados no inventário como “peças”, não se encontrou na bibliografia consultada informação que forneça uma definição tipológica fechada. Pela descrição aparentam ser proteções do tronco

⁴⁷ Declaram-se oito cotas de malha, mas o documento só inventaria sete.

⁴⁸ MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 541.

⁴⁹ VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*, II, p. 177.

⁵⁰ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, “Raso”. [*Corpus Lexicográfico do Português*].

⁵¹ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, “Raro”. [*Corpus Lexicográfico do Português*].

do combatente. Uma constante de todos estes objetos é incluírem alões, termo de explicação problemática. Os dicionários remetem sempre para o sentido de “cães de fila”⁵², algo que não se conforma com uma peça de guerra. Podemos estar perante um aumentativo de alas, no sentido de “asas” ou “elemento lateral da armadura”, o que neste contexto sugeriria um complemento a esta peça de proteção do tronco.

Nas descrições das “peças” são referidos outros elementos, tais como argolas e pregos, que serão fixações para vestes e fraldas, tal com estão mencionados. Ainda temos o termo “peyto” presente em dois casos. A isto junte-se o que acima foi dito acerca da possibilidade dos equipamentos de defesa do tronco poderem ter fraldões acoplados. A existência desses ferros e argolas integrados ou acoplados à peça central, remetem para pontos de fixação de outras partes do aparelho (braçais, etc.) e assim configura-se que se trata de um elemento central do arnês e onde se fixam as outras peças. Também a referencia que um destes objetos se cerra por diante e por trás sugere um envolvimento do tronco e, por estas razões, sugere-se que estas peças do inventário são couraças, elementos do arnês para equipar o peito e o tronco do combatente⁵³.

item de peças cinco convem assaber

- | | |
|---|---|
| 1 | <i>item</i> huma peça com seus allões çarrada de tras e deante rasa e tres pregos onde anda a veste |
| 2 | <i>item</i> outra peça rassa con seus allões e con duas vergas no peyto e huma argolla pequena em ellas |
| 3 | <i>item</i> outra peça com seus allões com dous pregos onde anda a veste e hũa verga de ferro atravessada nos peytos |
| 4 | <i>item</i> outra peça con seus allões bordada de latom e com tres [asteuro] de portaes em nos peytos de latom |
| 5 | <i>item</i> outra peça com seus allões com faldra descama deanteira e com huma veste e duas vergas de fferro e no cabo huma argolla pequena |

Estas peças poderão ser da tipologia dos arneses que defendem o peito do combatente – peito, peitoral ou couraça –, cuja característica é serem “uma peça única, moldada à forma do corpo do cavaleiro, e que se podia articular com uma peça de idênticas dimensões para proteção das costas”⁵⁴. Na categorização proposta por Paulo

⁵² “Alaõ. Espécie de cão de fila, assim chamado, ou dos Alanos, que na opinião de algüs, trouxeraõ esta casta de caens a Hespanha; ou de Albanus; Pois querem outros que se diga canis Albanus, & não Alanus; tanto mais que he certo, que em Albania, por outro nome Epiro, se criavaõ caens ferocissimos, que nas batalhas sahiao a pelejar com os inimigos”; BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, “Alaõ”. [*Corpus Lexicográfico do Português*].

⁵³ Para a mesma sugestão veja-se: MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *op. cit.*, p. 175.

⁵⁴ BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 65.

Agostinho para as proteções de tronco e baixo-ventre, excluindo os outros elementos listados no documento (cotas, loudéis e solhas), sobram objetos identificados como couraça, que tem elementos metálicos ou peitos, que pertencem ao arnês em placas metálicas⁵⁵. Será deste último que se parece tratar.

Loudéis

O loudel, sendo o termo no inventário laudel, é uma túnica larga, com ou sem mangas, possivelmente acolchoada e ornamentada com símbolos heráldicos⁵⁶. Está na classe das proteções corporais do tronco e baixo-ventre feitas de couro ou tecido acolchoado, a par de cambais, gibões, jornés e perpontes⁵⁷. Em virtude dos materiais usados na sua manufatura seriam menos resistentes e muitas vezes usados em complemento de outras peças de armadura. Vêm referenciados como sendo utilizados em contextos militares e cerimoniais, o que lhes dá então uma dupla utilização: usados de baixo de outros elementos da armadura ajudavam a reduzir o impacto das armas ofensivas; usados por cima identificavam o combatente e a sua filiação⁵⁸. Mário Barroca distingue esta utilização indicando que por baixo da armadura se envergava o loudel e por cima o tabardo, que era uma forma de túnica com as marcas heráldicas do guerreiro. A presença de símbolos heráldicos servia para identificar o utilizador com um partido. Um dos exemplos que fornece é a estátua de D. João I no mosteiro da Batalha, em que o monarca enverga um tabardo com as marcas nacionais sobre um arnês completo⁵⁹. Uma referência à batalha de Aljubarrota indica que o loudel complementava a cota de malha; outra fala de uma lei de D. João I de 1418, onde se fixa que os loudéis deveriam ser do pano e enchimento que prouver aos seus donos⁶⁰.

item de laudes

-
- | | |
|---|---|
| 1 | <i>item</i> , dous huum branco que he de Steve anes çurrador de fustam ainda boo com outro laudell de ffustam preto |
| 2 | <i>item</i> outro laudell branco de fustam de vasco lourenço de carnyde hondado na ffaldra e debruado de pano preto |
-

⁵⁵ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 79.

⁵⁶ MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 544.

⁵⁷ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 79 e 85.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 86-87.

⁵⁹ BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 70.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 69.

Todos os três loudéis inventariados são de fustão. Este tecido era frequentemente composto por algodão e linho e, pela sua robustez, era muito utilizado na confecção de gibões e de loudéis. Cores normais seriam o branco e o negro⁶¹. Segundo o *Vocabulário* de Bluteau o termo deriva do flamengo *fustem*, que originou em italiano *fustana*, em francês *futaine* e entre nós fustão⁶².

Solhas

No *Elucidário* de Viterbo, a solha vem referida como sendo a armadura defensiva dos antigos. Espécie de cota com lâminas de aço ou ferro, “quasi da feição das solhas que no mar se pescam”⁶³. Outra descrição indica-a como peça para defesa do tronco do combatente, feita de tecido ou couro e com peças de metal cravadas⁶⁴. O termo associa-se ao de couraça e ao de *brigandine*. Gouveia Monteiro, apoiado nas conclusões de Martín de Riquer, aponta: “entre as couraças e as solhas (ou fojas) de que falam as fontes literárias peninsulares, não parece existir praticamente nenhuma diferença, pelo que as consideramos aqui como termos virtualmente sinónimos”⁶⁵. Na recolha de Paulo Agostinho apenas surge o termo solha e não o de couraça⁶⁶.

A solha é então uma peça maleável de proteção do tronco (peito e costas), com interior acolchoado ou forrado com tela, e que frequentemente continha peças metálicas como reforço estrutural. Podia ser complementada com gorjais, mangas e fraldões, resguardando áreas de transição entre peças, e ainda ser revestida de tecido com símbolos heráldicos para identificação do partido do combatente⁶⁷. Nas duas solhas descritas no inventário vemos exatamente um caso em que esta peça está complementada com uns mangotes. A sua afirmação no contexto peninsular terá ocorrido no século XIII, para responder à melhor qualidade do material de guerra ofensivo, fazendo declinar a loriga⁶⁸.

item de ssuolhas

- 1 humas guarndas em cairo verde
- 2 item outras soolhas em pano de ssarapilheira branca com seus mangotes

⁶¹ Para melhor descrição deste material e para um conjunto de referências veja-se: SEQUEIRA, Joana – *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2014. p. 222-225.

⁶² BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, “Fustão”. [*Corpus Lexicográfico do Português*].

⁶³ VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*, II, p. 220.

⁶⁴ BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 59.

⁶⁵ MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 538 e 546.

⁶⁶ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 95.

⁶⁷ MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 537-538; AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 96.

⁶⁸ MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 544.

Este tipo de peça de armadura é referido como sendo frequente entre os combatentes no norte de África durante o século XV e não apenas entre os portugueses, pois em vésperas da expedição a Ceuta de 1415 o rei D. João I emitiu uma restrição de venda destas peças para as partes de África⁶⁹.

Braçais e rebraços

Tanto os braçais como os rebraços são peças do arnês destinados à defesa dos braços, com semelhanças, ou mesmo equivalência, entre si⁷⁰. Neste texto surgem diferenciados em itens separados. A proteção total do braço fazia-se por um conjunto de peças do arnês que se articulavam entre si: o rebraço cobria do ombro ao cotovelo; o avambrão defendia o antebraço; as manoplas ou guantes abrigavam as mãos⁷¹. Além de serem integrantes do arnês completo em placa metálica, os braçais e os rebraços eram também utilizados em complemento das mais antigas e ligeiras cotas de malha e demais proteções do tronco⁷². O menor número de referências a este género de proteções dos membros superiores dever-se-á principalmente a um menor interesse por parte dos cronistas, o que não significa o desuso destas peças no século XV⁷³. A indicação no inventário de que são “todos brancos” evidencia que são peças de arnês em metal polido.

item de braçaes dez pares convem asaber dous pares bordados e os outros todos brancos dos quaes som huuns de joham dominguez candeeiro e outros de denys stevez do lumear e outros de stevam martiz vinhateiro

item de rebraços çinquo pares dos quaes ssom huuns de johã dominguez das covas e outros de lourenço gonçalvez que ffoy tabalyam e huuns dalmazem de joham affomso de carnyde

NOTAS FINAIS

Apresentada a descrição dos armamentos a enviar para Ceuta em 1420, resta então deixar algumas notas finais, indicadoras de algumas das questões que a análise do documento suscitou.

Tanto Gouveia Monteiro como Mário Barroca, que mencionam este inventário, apontam a possibilidade de ele ser relativo a uma operação de socorro a Ceuta (*vide supra*, nota 15). Pela data da procuração e do próprio inventário,

⁶⁹ BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 60-61.

⁷⁰ MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 535.

⁷¹ Para uma descrição do arnês veja-se: Idem, *ibidem*, p. 532.

⁷² AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 107.

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 105 e 108.

ambos de julho de 1420, e juntando a indicação de que as armas defensivas são “pera levar em esta armada a Çepta”, considero que se trata de uma armada que ainda está em Lisboa ao momento em que o inventário foi redigido e que esta ação não está integrada nos socorros de 1418-1419, devendo ser vista como uma das viagens de abastecimento à praça marroquina. O facto de ser D. Fernando de Meneses quem nomeia um procurador para recolher o armamento que foi a Ceuta em 1420, não indica de forma alguma que esteve presente nesta viagem. As referências fornecidas por Humberto Baquero Moreno e por Abel Cruz (*vide supra*, nota 19) não o colocam em Ceuta nos anos de 1418, 1419 e 1420. Quanto aos nomes que constam do verso do documento, como já mencionado (*vide supra*, nota 21), apenas Diogo Soares de Albergaria aparece no socorro de 1419⁷⁴.

As tipologias de armamento incluídas neste inventário não fornecem só por si um indicador claro sobre o género de combatente que se destinavam a equipar, nem a sua quantidade, mas a leitura do documento fornece algumas pistas que podem ser consideradas. Os bacinetes, como exemplo essencial, estão associados a cavaleiros e escudeiros mas não à peonagem do exército, como aponta Paulo Agostinho. Tendo em conta, seguindo o mesmo autor, que seria uma peça dispendiosa e que implicava bastante mestria para ser fabricada, não estava ao alcance de todas as classes de combatentes, e aqui talvez resida a indicação que o armamento inventariado se destinava a indivíduos com um maior peso social⁷⁵.

Outro ponto serão os dados que o inventário fornece sobre os proprietários que cedem as armas. Quando são mencionados, em boa parte dos casos, surge apenas o seu nome e local onde serão moradores, e por aqui não se infere a sua classe social. São os casos de João Martins de Santo António, que fornece um bacinete com camal raso e cara; de Dinis Esteves do Lumiar, com um par de braços; de João Domingues de Covas, com um par de rebraços; de João Afonso de Carnide, com outro par de rebraços; de Vasco Lourenço de Carnide, que empresta um loudel branco de fustão. Em alguns dos casos apura-se a sua profissão, sendo eles: Lourenço Gonçalves, que foi tabelião, e que empresta à expedição um par de rebraços e um bacinete; Estevão Martins, vinhateiro, com um par de braços; João Domingues, candeeiro, com outro par de braços; Esteve Anes, surrador, com um loudel. Destes, o anteriormente tabelião, será o de maior destaque social, sendo os outros indivíduos aparentemente ligados aos ofícios mecânicos. Conferindo as descrições completas destas armas no inventário, nenhuma mostra características muito elaboradas e dentro das tipologias destacam-se em número as proteções para braços. Ficamos então com a indicação de propriedade de dez objetos, num universo de quarenta e um, o que não chega para definir a existência de um grupo social específico que empresta as armas, nem a qual se destina.

Por outro lado, estamos perante uma requisição de material de guerra à guarda da cidade, onde são dadas garantias a proprietários, com vista ao seu empréstimo e devolução em bom estado, inferindo-se que não eram os

⁷⁴ Zurara apresenta uma lista de alguns “nobres homens, que servirom na Cidade de Cepta, dês que foi tomada até ao presente” e nenhum dos nomes listados no verso do inventário vem lá mencionado; ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* [...], p. 288-289.

⁷⁵ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 66.

donos das armas que as iam envergar durante a campanha, mas sim indivíduos cujo papel na expedição a Ceuta desconhecemos. Gouveia Monteiro ao abordar o abastecimento da praça de Ceuta, menciona esta requisição feita à Câmara de Lisboa e ainda um outro caso individual de um “arnesado” que também emprestara o seu material de guerra para o descerco de 1419⁷⁶. Estes dois exemplos prefiguram uma prática de requisição de armamento, pelos vistos normal, com vista à sua utilização em cenário de guerra, onde eram mais necessárias. Também por isto se pode tirar um sinal, atendendo ao momento em questão, da existência de um mecanismo de angariação de armamento por parte da coroa, concebido para suprir de forma imediata uma incapacidade própria de produção, sem recurso a aquisições no estrangeiro.

A quantidade de indivíduos que poderiam ser equipados com este material também parece difícil de determinar. As maiores quantidades presentes no inventário são os dez bacinetes e os dez pares de braçais, o que pode prefigurar que será este o número máximo de indivíduos que se pretende equipar com este material, porque estes são também alguns dos casos em que não é possível existir sobreposição de peças. Isto é dito porque no caso das cotas, das peças (assumindo aqui que são proteções do tronco), das solhas e dos loudéis, vimos nas descrições feitas que era normal o guerreiro envergar simultaneamente alguns destes elementos. Perante esta quantidade total de material de guerra fica a ideia que é destinada a um número restrito de combatentes.

Vimos partes de armadura destinadas a cobrir cabeça, o tronco, o baixo-ventre e os braços, mas não estão inventariadas peças de defesa para as pernas. Neste facto podemos entrever uma menor preocupação com a defesa dessa área do corpo, o que poderá refletir uma adequação ao teatro de guerra marroquino, não sendo de excluir que esta fosse uma prática normal para os combatentes apeados na época⁷⁷.

O inventário de armas enviadas para Ceuta em 1420 encerra em si uma série de questões próprias, diversas das quais foram aqui vistas e abordadas, algumas que se assume merecerem melhor resolução. Ao conferir aqui um renovado destaque a este documento, espera-se que ele constitua um verdadeiro contributo para o estudo do armamento medieval e moderno português, e que possa ser utilizado a par dos trabalhos que o suportam.

⁷⁶ Para os dois casos veja-se: MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *op. cit.*, p. 174-175. Em complemento, sobre a posse de armas, veja-se: MONTEIRO, João Gouveia – Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média: caso do arsenal régio de Lisboa (1438-1448). In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrear: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 112-114.

⁷⁷ Num outro inventário referente a existências no armazém de Lisboa em 1455, comentado por João Gouveia Monteiro e do qual aqui observamos exclusivamente as proteções para os membros, nota-se que entraram no armazém 274 pares de braçais e 1212 pares e meio de rebrços, sendo gastos, respetivamente, 375 e 1599 pares. No caso das proteções de arnês para pernas foram recebidos 84 pares e gastos 65 pares. Pela comparação destes números nota-se a menor importância dada à proteção dos membros inferiores. MONTEIRO, João Gouveia – Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média: caso do arsenal régio de Lisboa (1438-1448). In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrear: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 144-145. Inês Araújo, ao analisar o armamento da hoste portuguesa constante nas Tapeçarias de Pastrana, nota uma mais extensa proteção dos membros superiores, ressaltando a ausência de manoplas ou de outras proteções para as mãos, enquanto no caso dos membros inferiores, quando existe, a proteção é apenas parcial e com preocupação para a defesa das rótulas; ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *As tapeçarias de Pastrana: uma iconografia da guerra*. Lisboa: [s.n.], 2012. p. 102-104. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1º de Místicos de Reis, doc. 7. [Relação do armamento do arsenal de Lisboa]

Fontes Impressas

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE DE LISBOA. Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. Lisboa: Câmara Municipal, 1947. doc. 7, p. 41-43.

GARCIA, José Manuel (introd. e org.) - *Documentação henriquina*. Tradução do latim Carlos Ascenso André. Maia: Castoliva Editora, 1995.

MONUMENTA HENRICINA. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1978. vol. 2.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*. Porto: [s.n.], 1988. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho.

Bibliografia

AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos*. Coimbra: [s.n.], 2006. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *As tapeçarias de Pastrana: uma iconografia da guerra*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge – Armamento medieval português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 37-75.

BARROCA, Mário Jorge – Armamento medieval. In MATTOSO, José (coord.) – *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. vol. 1, p. 122-147.

BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudos Ceutíes, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond – *Uma lança em África: história da conquista de Ceuta*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.

CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades-Universidade de Évora, 2004.

CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses: o primeiro capitão de Ceuta*. Lisboa: Sete Caminhos, 2008.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *Henrique, o Infante*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*. Porto: [s.n.], 1995. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CRUZ, Abel dos Santos – A guerra de corso e pirataria no mediterrâneo ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437). In DOMINGUES, Francisco Contente; MATOS, Jorge Semedo de (org.) – *A guerra naval no norte de África (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Edições Culturais de Marinha, 2003.

DÁVILA, Maria Barreto – O Infante D. Henrique e a gestão dos “Dez Reais para Ceuta”. In COLÓQUIO INTERNACIONAL, Lagos, 2010 - *A herança do Infante*. Coordenação de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa-Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa, 2011.

DUARTE, Luís Miguel – África. In MATTOSO, José (coord.) – *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta 1415: seiscentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

FARINHA, António Dias – *Os portugueses em Marrocos*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

GAGO, Alice João Palma Borges – *A casa senhorial de Diogo Soares de Albergaria*. Lisboa: [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa*. 2ª edição correcta e acrescentada. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011. 2 vol.

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia – Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média: caso do arsenal régio de Lisboa (1438-1448). In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrear: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 111-172.

MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média*. Viseu: Palimage Editores, 2001.

MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *1415: a conquista de Ceuta*. Lisboa: Manuscrito, 2015.

MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980. 2 vol.

NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: Faculdade de Letras [Universidade de Lisboa], 1981.

OSÓRIO, Baltasar – *Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1933.

PERES, Damião – Ceuta cercada: um problema cronológico. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos. V. XII (1969), p. 293-299.

RICARD, Robert – A propos de “rebato”: note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc. In *Études sur l’histoire des portugais au Maroc*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955. p. 345-357.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: a sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa. V. 2 (2001), p. 157-168.

ROGERS, Clifford J. – The military revolutions of the Hundred Years War. In RODGERS, Clifford J. (ed.) – *The military revolution debate: readings on the military transformation of early Modern Europe*. Boulder: San Francisco; Oxford: Westview Press, 1995. p. 55-93.

SEQUEIRA, Joana – *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2014.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias – Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real em Marrocos e na Índia. In COSTA, João Paulo de Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Centro de História de Além-mar; Instituto de Investigação Científica Tropical; Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004. p. 109-174.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 vol.

Documentos Eletrónicos

LISBOA. Arquivo Municipal – *Tabeliães de Lisboa* [Em Linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2015. [Consult. 30-07-2015]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/estudos/tabeliaes-de-lisboa/>

CORPUS LEXICOGRÁFICO DO PORTUGUÊS [Em linha]. Aveiro: Universidade de Aveiro, [2015]. [Consult. 30-07-2015]. Disponível na Internet: <http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>

SOVERAL, Manuel Abranches de – *Origem dos Avelar e dos Soveral* [Em linha]. [S.l.:s.n., 20-?]. [Consult. 30-07-2015]. Disponível na Internet: <http://www.soveral.info/mas/Soveral%20e%20Avelar.htm>



ANEXO

APÊNDICE DOCUMENTAL

1420, Lisboa

Autorização a Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses, para levantar peças de armadura para levar numa armada a Ceuta.

AML, Livro 1º de místicos de reis, doc. 7.

9 de junho 1458. anno 1420. Iffante D. Duarte

Sabham quantos Este stromento virem que no Ano da era de mjll e iiij^c e çjmquoenta e oyto Anos noue djas do mes de julho em a çidade de Ljxboa no paço dos tabalyaes em pressença de mym Affomso goterrez tabalyam d el rey na dicta çidade / e testemunhas Ao deante stpritas pareçeo vasco martijz escudeiro de dom fernando de menesses E apressentou hũa procuraçom escripta em purgamyinho ffecta e assygnada per mym dicto tabaliam que contaua sseer ffecta na dicta çidade no dicto paaço oyto dias do dicto mes de julho da dicta era na quall eram comthudas por testemunhas gonçallo pirez e aluaro martijz e joham de bragaa tabalyaes E Joham domjnguez criado de martjm Anes tabalyom na quall era conthudo que o dicto dom Fernando de menesses ffez seu procurador o dicto Vasco martijz seu scudeiro que Em sseu nome possa pedir e [de]mandar e Reçeber todollos Arnesses que lhe ho Jffante manda dar per sua [carta] dos moradores da dicta çidade E de seu termo pera leuar Em esta armada A çepta e fazer e outorgar quaesquer stormentos d obrigações aate tornar A sseus donos taes quaes As Reçebe com quaesquer penas e clausullas e condyções que conprir E obrigar Seus beens aas entregar As dictas armas A seus donos de torna vjagem guarde deus elle e seus homens E armas de todo o perijgo E que Avya ffirm e estaujll todo o que per o dicto vasco martijz seu procurador ffloor ffecto E dicto e procurado no que dicto he so obrigaçom dos seus beens que pera esto obrigou E mostrada A dicta procuraçom o dicto vasco martijz Em nome do dicto dom ffernando per poder da dicta procuraçom conhaço e conffessou que Elle Reçebera na camara da dicta çidade per gomez Eanes, stpruam da caudelaria em A dicta çidade estas armas que sse sseguem ¶ Primaremente jtem de baçjnetes dez convem aa ssaber hum baçjnete de baueira ssem cara jtem outro baçjnete de camall com cara e camall com camall Ameado de laton e hũa çjmeira branca jtem outro baçjnete de camall com cara e camall Rasso Jtem Outro baçjneete com camall Ameado de latom / E com cara / Jtem outro baçjnete com camall e caara com camall Raasso Jtem outro baçjnete com camall Rasso e com cara Jtem outro baçjnete com caara e camall Ameado de latom Jtem outro baçjnete de camall Raasso e com cara Jtem outro baçjnete de joham martijz de ssanto Antonyinho com camall Rasso e cara Jtem outro baçjnete de Lourenço gonçaluez que ffoy tabaliam e camall

Ameado de ferro Jtem de cootas oyto conuem A Saber Jtem hũa cota Raassa e Raara Jtem outra coota Raasa e raara E Rota Jtem outra coota Raasa e Rara Jtem outra grossa Rassa Jtem outra coota com preesas de latom por A faldra Jtem outra coota Rassa e Raara Jtem outra coota Rassa e Raara Ameada de feerro E duas preesas de latom cada Amea ¶ Jtem de peças cijnquo conuem A ssaber Jtem hũa peça com seus allões çarrada de tras E deante Rasa e tres pregos onde Anda A veste Jtem outra peça Rassa con seus Allões E con duas uergas no peyto E hũa argolla pequena Em ellas Jtem outra peça com Seus allões com dous pregos onde Anda A Veste E hũa uerga de fferro atrauessada nos peytos Jtem outra peça con Seus allões bordada de latom e com tres Asteuro de portaes Em nos peytos de latom Jtem outra peça com Seus allões com faldra d escama deanteira e com hũa Veste e duas uergas de fferro E no cabo hũa Argolla pequena ¶ Jtem de laudes Jtem dous hum branco que he de steue Anes çurrador de fustam Ajnda boo com outro laudell de ffustam preto Jtem outro laudell branco de fustam de vasco Lourenço de carnyde handado na ffaldra E debruado de pano preto Jtem de ssuolhas hũas guarnydas em cairo uerde Jtem Outras soolhas Em pano de ssarapilheira branca com seus mangotes ¶ Jtem de brações dez pares conuem A saber dous pares bordados / E os outros todos brancos dos quaes som huus de Joham domjnguez candeeiro E outros de denys steuez do lumear e outros de steuam martijz vjnhateiro ¶ Jtem de Rebraços çinquo pares dos quaes ssom huuns de Joham domjnguez das couas E outros de Lourenço gonçaluez que ffoy tabalyom e huuns d almagem de Joham Affomso de carnyde as quaes armas o dicto vasco martijz djsse que sse obrigaua per os beens do dicto dom fernando Aas tornar e entregar na dicta camara / de lixboa taes quaes as elle Reçbeo de torna viagem que veerem de çepta guardando deus o dicto dom Fernando e Sua companha e armas de todo o perjgo de maar E de Jmjgos sso pena de lhes pagar por as dictas armas o uallor que uallerem e em testemunho de uerdade o dicto vasco martijz mandou sseer ffecto este stormento pera dicta camara o quall pedjo o dicto gomez Eanjz testemunhas que presentes foram steuom martijz e goncalo pirez E johan de coynha / E aluaro martijz E guomez martijz o moço tabalyaes e outros E eu Affomso goterez tabaliam d el Rey na dicta çidade que este stormento stpreuy no quall meu sjgnal fjz que tall he [Sinal público]

Pagou o dicto vasco martijz por este stormento e com outro tanto de nota xx reaes

[No verso:]

Armas que a çidade entrega a hum procurador de dom fernando de menezes pera as levar a ceyta

Diego lopez x

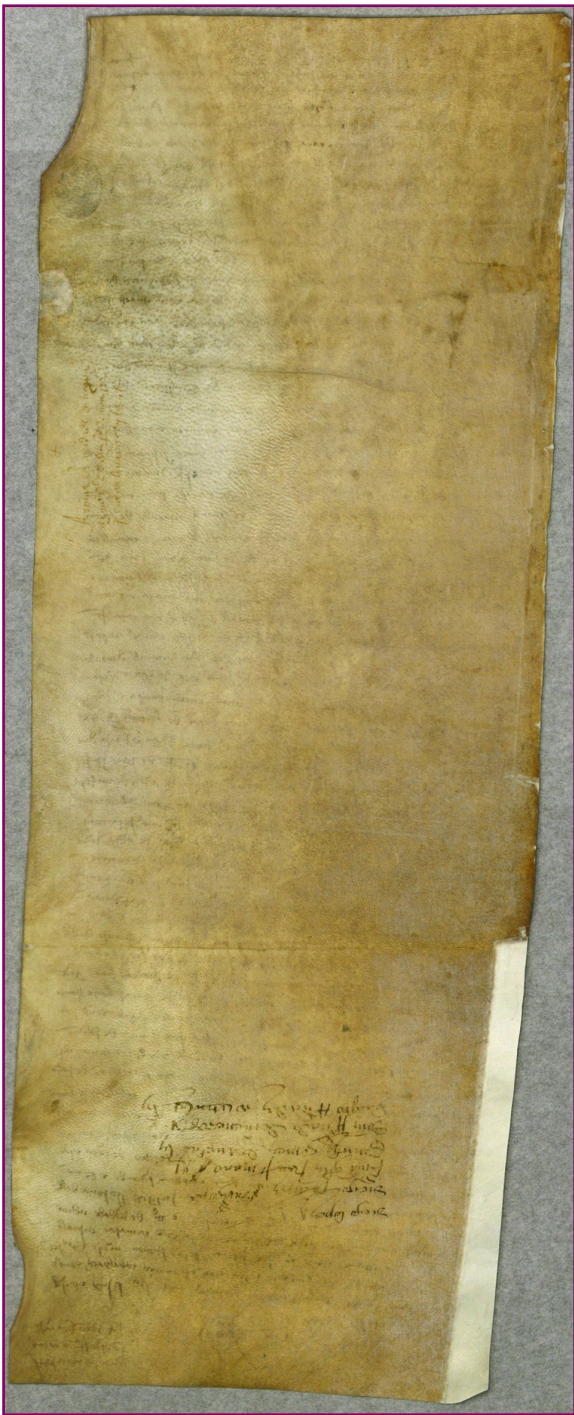
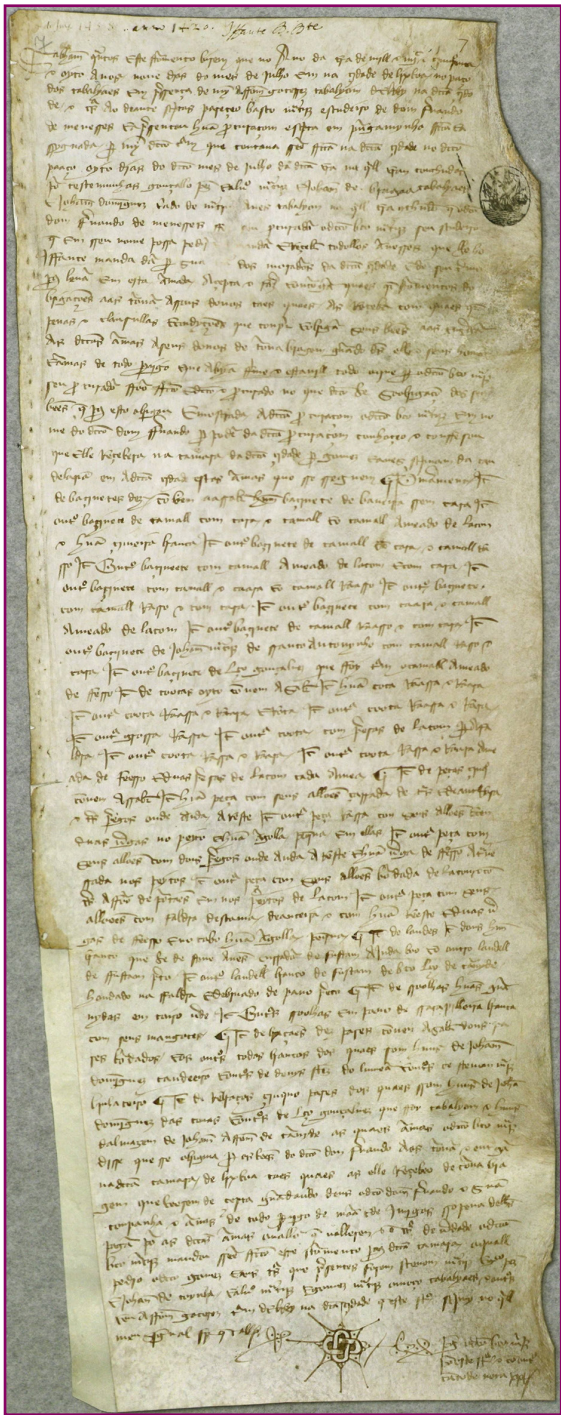
Diego Soairez x d abergaria

Fernam gonçalluez seu Jrmaoo [xj]

Sancho Gomez do auelar bj

Dom ffernado de menezes x

Vasco ffernadez Coutinho bj



Relação do armamento ofensivo e defensivo, bem como menção dos respectivos proprietários, retirado do Arsenal de Lisboa para armar os combatentes que integravam a armada enviada para Ceuta | 09.07.1420, AML, Livro 1º de místicos de reis, doc.7.